

# O PAPEL DOS RITUAIS NA FORMAÇÃO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE ALUNOS NAS ANTIGAS ESCOLAS MILITARES

JANOTE PIRES MARQUES<sup>1</sup>

---

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a papel dos rituais nas escolas militares do Exército brasileiro, destacando sua importância na formação dos alunos (oficiais). O recorte temporal abrange as primeiras décadas republicanas. A metodologia para esse texto compôs-se da análise de documentos produzidos pelas Escolas Militares, bem como de publicações memorialísticas de ex-alunos. Conclui-se que a formação ocorria com o protagonismo dos alunos, mas marcada por rituais de passagem e cotidianos.

**Palavras-chave:** Rituais. Formação escolar. Escolas militares.

## Abstract

This article aims to analyze the role of rituals in the military schools of the Brazilian army, highlighting its importance in the training of students (officers). The period covers the first republican decades. The methodology for this text consisted of analysis of documents produced by the Military Schools, as well as memories publications. It concludes that training took place with the role of students, but marked by rites of passage and everyday

**Keywords:** Rituals. Schooling. Military schools.

---

## 1 Introdução

Aos 17 anos, Francisco de Paula Cidade ingressou na Escola Preparatória do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Era o ano de 1902. Décadas depois, escreveria suas memórias daqueles tempos de escola, registrando que deixara a pacata casa

---

1 Possui doutorado em Educação e mestrado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), professor no Centro de Humanidades e Artes da Faculdade Ateneu (FATE) e integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Ceará (GPHEC/PPGE/FACED/UFC).

paterna para ingressar na vida militar. Apresentamos, a seguir, um pequeno trecho dessas lembranças, no que se refere à entrada pelo portão principal dessa Escola Militar:

Ao atravessar a soleira do largo portão da Escola, tinha-se a impressão perfeita de haver penetrado numa casa de doidos: “veteranos” saltavam sobre os recém-chegados como um bando de tigres bravios e tal força tinha essa tradição coimbrã em nossa vida acadêmica, que os próprios parentes, separados entre castas de veteranos e bichos, em regra se desconheciam. (CIDADE, 1961, p. 85).

Nessas memórias, Francisco de Paula Cidade comenta as primeiras impressões sobre a escola, como a “ordem” que recebeu de um aluno veterano para “vestir as calças e desinverter o casaco que estava ao avesso”, ou seja, usar o casaco invertido e tirar as calças (sua sorte era que estava de ceroulas) para andar pelo pátio da escola. À primeira vista, a escola militar somente podia ser mesmo uma “casa de doidos”. “Um começo de vida” é a frase utilizada por Paula Cidade para se referir ao ingresso na escola militar. É uma expressão bastante significativa, sob a perspectiva mítica, como se o mundo familiar não mais existisse e a origem do que Francisco era, a condição de ser vivente, estivesse agora naquele mundo militar. Ao receber o “número 165” pelo qual passaria a ser chamado em vez do prenome, Francisco comenta que “não era mais gente, era coisa”. Todavia, depois de registrar as agruras daqueles tempos de estudante, afirma que, se pudesse, voltaria à Escola Militar do Rio Pardo, entraria na secretaria “[...] e, sem errar os passos, tão vivos ficaram aqueles acontecimentos de 1902, diria ao secretário, remoçado e com o meu chapeuzinho na mão: vim outra vez assentar praça com destino à Escola”. (CIDADE, 1961, p. 89). Essa narrativa nos ajuda a refletir sobre o que era ser aluno das escolas militares do Exército brasileiro, nas primeiras décadas republicanas.

Sem dúvida, ser aluno nessas escolas incluía uma série de rituais, fossem eles “de passagem”, nos termos propostos por Arnold Van Gennep (1978), fossem rituais inerentes ao cotidiano das escolas de formação militar. Nesse sentido, o ingresso pelo simbólico portão das armas, os trotes, o juramento à bandeira, entre outros procedimentos constituíam ritos de passagem. Além disso, a rotina diária – regulada por toques de corneta –, a instrução militar, as formaturas, bem como os uniformes, os gestos, as punições configuravam-se em rituais praticados no dia a dia.

A partir dessas considerações iniciais, a questão que se coloca é: como o estudo desses rituais ajuda a compreender a formação de oficiais nessas antigas escolas militares? Buscando responder esse questionamento, esse artigo tem como objetivo analisar a papel dos rituais nas escolas militares do Exército brasileiro, destacando sua importância na formação dos alunos (oficiais).

O recorte temporal justifica-se porque entre o ano de 1889 e as duas primeiras décadas do século XX a formação de oficiais do Exército brasileiro ocorreu de forma geograficamente descentralizada, em escolas militares que se situavam em três estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará. Cabe ressaltarmos, considerando o recorte temporal e espacial destacado, que essas escolas militares passaram por instabilidades – grande parte devido ao ativismo político dos discentes – sendo fechadas, reabertas, reorganizadas. Os currículos foram redefinidos várias vezes. A concepção do “tipo ideal de soldado” a ser formado nessas instituições também sofreu diversos embates<sup>2</sup>. Conhecer as peculiaridades da formação militar – no caso desse texto, os seus rituais – ajuda a abrir “a caixa preta” (JULIA, 2001) da história da educação militar.

Cabe aqui definirmos o sentido que os termos “ritual” e “mito” ganham nesse texto. A partir do diálogo com Bronislaw Malinowski (1993), Claude Levi-Strauss (1991; 2010), Roland Barthes (1972), Mircea Eliade (2011), Edmund Leach (1974), Ernst Cassirer (2009) e Leszek Kolakowski (1981), listam-se algumas proposições que balizam os referidos termos: 1) o ritual é performativo, sendo frequentemente expresso por diversos meios e constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras, gestos e atos; 2) os ritos são espaços para se ressaltar valores coletivos, que são criados e inferidos pelos atores durante a ação ritual; 3) os ritos são instrumentos válidos para se compreender determinado grupo social, seja nos seus aspectos cotidianos, seja nos seus aspectos de transição para novas etapas da vida; 4) os rituais contribuem para que os mitos se mantenham vivos. Aqui, cabe o esclarecimento quanto ao conceito de “mito”. Longe do significado que o senso comum lhe atribuiu, ou seja, de algo falso e sinônimo de mentira, o “mito” apresenta-se como uma “verdade”. Muito já se discutiu sobre esse conceito no campo da Antropologia. Entretanto, a partir dos referidos autores, neste artigo consideramos que mitos são “narrativas transmissoras de valores que dão sentido ao mundo de determinado grupo social”.

A metodologia para essa investigação compôs-se da análise de documentos produzidos pelas escolas militares, e que estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), e de publicações memorialísticas de ex-alunos. Quanto a esses relatos, pode ocorrer uma “seletividade da memória”; logo, a seleção do que vai ser lembrado funciona de forma bastante pessoal e depende dos condicionantes de cada um, como já apontou, por exemplo, o estudo de Magalhães Júnior (2003). Não obstante, os registros memorialísticos se apresentaram como elementos

---

2 Sobre a organização das escolas militares do Exército brasileiro, no período da Primeira República, ver: Janote Pires Marques, 2013.

importantes para se compreender os significados que os rituais tiveram na formação dos alunos nas escolas militares. Registre-se, ainda, quanto às citações diretas das fontes, a opção pela transcrição *ipsis litteris* de trechos de documentos escolares, ou seja, foi mantida a grafia original das fontes. Por um lado, isso pode causar certo estranhamento na leitura; por outro, essa opção permite um contato mais direto do leitor com a escrita institucional do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

## 2 Ritos de passagem

O chamado “portão das armas” constitui-se no acesso principal aos quartéis. É por ali que adentram diariamente os militares, incluindo o comandante, que nesse local recebe as honras regulamentares devidas no momento de sua chegada. É também onde fica a maior parte da equipe de serviço que faz a “guarda” do quartel, dentre elas a “sentinela das armas” que – cerimoniosamente – toma a posição de sentido ao passar dos “praças” e apresenta arma (movimento com o fuzil) ao passar dos oficiais. Após o pôr do sol, a sentinela apenas toma a posição de sentido, independentemente a quem é dirigido o cumprimento. Os militares respondem – obrigatoriamente – à sentinela com a continência. Os manuais militares consideram a sentinela uma autoridade “respeitável e inviolável”; logo, o soldado investido de “tão nobre função” deve se portar com “zelo, serenidade e energia, próprios à autoridade que lhe foi atribuída” (BRASIL, 2002, [s. p.])<sup>3</sup>. É pelo portão das armas que adentram também os visitantes. Cabe à chamada “guarda”, portanto, o controle desses acessos e de tudo que entra e sai dessa respectiva unidade militar, além da segurança propriamente do quartel, da manutenção dos presos e detidos, além de outras funções como o impedimento da saída de praças que não estejam convenientemente fardadas. Transpor esse portão, portanto, é adentrar o “umbral” do mundo militar.

Umberto Peregrino (1956) comenta sua “embriaguez” quando transpôs pela primeira vez o portão das armas da Escola Militar do Realengo, e que ao percorrer inicialmente a escola ia de “deslumbramento em deslumbramento”, pelas salas de aula, olhadas com respeito além de certa intimidação com algumas “expressões

3 Toma-se aqui como base o *Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG)*, historicamente utilizado no Exército (BRASIL, 2002), e que teve como precursor o regulamento baixado pelo Duque de Caxias, em 1876, para organizar a vida nos quartéis. Esse regulamento precursor do RISG é o “Decreto nº 6.373, de 15 de novembro de 1876 – Regulamento para a disciplina e serviço interno dos corpos arregimentados do exercito em quartéis fixos” e pode ser conferido na *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1876*, v. 2. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6373-15-novembro-1876-549704-publicacaooriginal-65217-pe.html>> (Acesso em:05/07/16)

matemáticas perdidas nos quadros-negros enormes, desde, talvez, os últimos exames”, e que lhe pareceram “territórios estranhos e temíveis”; os alojamentos das Armas, retirados, em umas galerias entre dois pátios, “pequeninos, silenciosos, habitados por uma espécie sobrenatural, alunos do último ano, artilheiros, cavaleiros [...]” (p. 165-167). A respeito de sua matrícula, Peregrino comenta que se viu diante de um capitão que o declarou matriculado sob o número 495 – pronunciava-se “quatro noventa e cinco” –, e lhe deu logo, em seguida, uma licença escrita para ficar fora da escola até o dia seguinte. “Com que gosto, mesmo a paisano, me profilei diante do capitão: – Sim, senhor!”. Mais adiante, Peregrino (1956, p. 171) registra que “[...] depois de destruir as minhas ilusões, a Escola ia desmantelando o meu orgulho. Eu chegara como conquistador e estava destroçado”.

Provavelmente, esse “desmantelamento” decorria da pesada rotina diária que os novatos tinham de enfrentar, incluindo o serviço de guarda ao quartel e os estudos, mas também os trotes, a rudeza do tratamento de alguns superiores, as punições, a saudade da família, dentre outros aspectos que iam conformando um novo eu social, referido agora não mais pelo prenome, mas por um número. Para alguns alunos, o número significava não ser mais gente, para outros tantos era um orgulho. Havia, portanto, múltiplas formas de apropriação. Em geral, o número significava parte de uma nova identidade. Era assim que seriam chamados, principalmente no período inicial. Além disso, os alunos seriam identificados pelos respectivos números ao longo do curso de formação e, mesmo depois de formados, por exemplo, nas reuniões de turma, usariam voluntariamente esse número para se referir a si próprios ou a colegas de escola.

Lobo Vianna (1961, p. 63) afirma que “[...] o cidadão transmudado em soldado perdia a própria personalidade para ser uma simples expressão numérica, um ou mais algarismos. Não era o Sr. Fulano, mas o número 25 ou 107 ou 264 de tal companhia de tal batalhão”. Ao que parece, apesar de servir a fins práticos na rotina da caserna, como facilitar a identificação do material individual e o controle de faltas, o número funcionava também como uma marca identitária. No “teatro institucional”, valendo-se aqui do conceito em Goffman (2008), o número funcionava como instrumento para uma espécie de mortificação do eu familiar dos alunos, além de marcar a transição para o mundo militar. Nesse processo, constitui-se outro aspecto ritual: a prática do trote.

Inúmeras narrativas sobre trotes são encontradas nas memórias escritas por ex-alunos das escolas militares. A título de exemplo, citamos algumas: Demerval Peixoto (1960, p. 175) comenta casos de trotes, como o cadete veterano de nome Getúlio Dorneles Vargas, que “caceteava o cadete calouro de nome Eurico Gaspar

Dutra”, mandando-o que lhe contasse, detalhadamente, e por muitas vezes seguidas, os aspectos e pormenores da viagem que o calouro fizera do Mato Grosso ao Rio Grande do Sul em direção à escola; José Campos de Aragão (1959, p. 32) cita o caso de um relógio que foi inúmeras vezes rifado pelos “augustíssimos” (como se autodenominavam os alunos veteranos), sendo os bilhetes adquiridos compulsoriamente pelos “bichos”, como eram denominados os alunos novatos (detalhe é que o objeto rifado não era o relógio propriamente dito, mas apenas uma imagem de um relógio de coluna que ficava em um dos pátios da escola); Afonso Monteiro (1961, p. 51) comenta sobre o “código dos bichos”, no qual o primeiro artigo dizia que todo bicho “tem o direito de não ter direito à coisa alguma”.

Enfim, os trotes aplicados iam desde colocar um “bicho” a seu serviço, por exemplo, lustrar os sapatos de um aluno veterano (com a graxa do próprio “bicho”) até “confiscar” a sobremesa dos novatos; muitas vezes os trotes eram aplicados com brutalidade, incluindo espancamentos. Francisco de Paula Cidade (1961) registra que, após alguns meses, os trotes iam desaparecendo até que, após os exames de habilitação, havia uma “cerimônia” de passagem dos alunos da condição de “bichos” para “veteranos honorários”. Era uma espécie de ritual – chamado de “desinfeta” – no qual os veteranos, munidos de toalhas molhadas, formavam duas longas fileiras que se postavam uma de frente para a outra, formando um corredor estreito pelo qual deveriam passar os “bichos”, a fim de serem pesadamente fustigados. Terminada a sessão, havia um enorme alarido em que se confraternizavam, veteranos e honorários, culminando com o “caroço”, uma dança entre os próprios alunos.

A partir desses exemplos de trotes, algumas questões se colocam: qual o sentido do trote? Por que alunos veteranos aplicavam os trotes com tanta veemência e por que os alunos novatos em geral se sujeitavam a essa prática? E, qual era o posicionamento das diretorias das escolas militares frente a tudo isso?

Institucionalmente, o trote era reprimido. A documentação produzida pelas escolas militares mostra isso claramente. Na Escola Militar do Rio de Janeiro (EMRJ), por exemplo, muitos alunos foram desligados devido a esse tipo de prática. Isso pode ser demonstrado com os casos dos alunos Cezar de Paula Faria, Raul Corrêa de Britto, Armando Sales e João da Costa Xavier, que foram excluídos “[...] do estado efetivo deste corpo por ter sido a sua matrícula trancada [...] devido ao indecoroso desacato que sofreu um aluno recém matriculado [...]”<sup>4</sup>. Já os alunos Antonio Ferreira Lima, Manoel Zacharias Henriques e Nelson Gomes da Luz ficaram presos por 20 dias por terem obrigado o “[...] aluno Isidro Moreira Soares de Oliveira a tomar banho depois das 11 horas da noite do dia 20 do corrente do

---

4 Documento denominado *Escalas e Alterações*, de abril de 1896.

que resultou a esse aluno baixar a enfermaria [...]” (EMRJ, 1897, [s. p.]<sup>5</sup>. Outro exemplo de repressão institucional contra o chamado “trote” foi o caso do aluno Armando da Rocha Paranhos, o qual foi “[...] preso por 15 dias em Santa Cruz por ter tomado parte saliente numa violencia aplicada a um aluno recém matriculado, constringendo-o a tomar banho de mar após o almoço, o que ocasionou danos phisicos sufficientes para fazel-o baixar a enfermaria” (EMRJ, 1897, [s. p.]<sup>6</sup>.

Arnold Van Gennep (1978) decompõe os ritos de passagem em “pré-liminares, liminares e pós-liminares”. Tal abordagem ajuda-nos a refletir sobre as narrativas até agora apresentadas.

Os ritos considerados “pré-liminares” seriam aqueles de separação do mundo anterior. Essa fase, segundo Gennep (1978), seria a do afastamento do indivíduo de sua situação social anterior. Nesse sentido, os alunos passavam por uma série de acontecimentos que dramatizavam sua entrada na instituição militar: os exames de seleção; o deslocamento para a Escola, geralmente uma viagem, pois a maioria dos alunos vinha de outras cidades e regiões do país; a visão inicial – geralmente grandiosa – do edifício que sediava a Escola; a passagem pelo simbólico portão das armas e as primeiras impressões do interior da Escola.

Os ritos liminares ou de margem se desenrolariam mais ao longo dos primeiros meses ou ano do curso de formação, marcando certa ruptura dos papéis anteriormente desempenhados pelo indivíduo. Poderiam ser, por exemplo, o isolamento na Escola, com saídas liberadas apenas aos sábados; o recebimento de um número pelo qual o aluno passaria a ser identificado; o corte de cabelo padronizado; o uso de uniformes em substituição às roupas civis; a rotina diária obrigatória, com todos os preceitos previstos na vida castrense, como a deferência aos superiores hierárquicos; e, muitas vezes, o enfrentamento de situações humilhantes como os trotes aplicados pelos alunos veteranos, situações essas muitas vezes imprevisíveis. Se por um lado o trote poderia ser engraxar os sapatos dos veteranos, executar uma dança de forma engraçada ou entregar a própria sobremesa do jantar; por outro, incluía situações inusitadas, como comprar a rifa de um relógio inexistente. Em termos gerais, o sentido e a justificativa dessas práticas estão ligados a um aspecto central na vida militar: dar e cumprir ordens. No caso dos trotes, esse aspecto era levado ao limite, tanto por parte dos calouros quanto por parte dos veteranos. Os “bichos”, ao cumprirem incondicionalmente as esdrúxulas ordens dos alunos mais “antigos”, chegavam muitas vezes ao máximo da submissão, reduzindo a sua concepção anterior do eu a praticamente nada. Submetendo-se e,

5 Trecho extraído de *Escalas e Alterações*, de abril de 1897.

6 Documento denominado *Escalas e Alterações*, de abril de 1897.

ao mesmo tempo, demonstrando que eram capazes de qualquer ação desde que isso lhes possibilitasse em um futuro próximo ascender à condição de veteranos (GENNEP, 1978).

A fase pós-liminar encerraria o ciclo do rito de passagem. Veterano e novato são dois personagens imprescindíveis nesse processo. Um não pode existir sem o outro. Se por meio dos trotes os veteranos testavam a vontade dos novatos em fazer parte da vida castrense, também colocavam à prova a sua própria capacidade de dar ordens, seja pela possibilidade de recusa do “bicho” em cumprir o ordenado, seja pelo caráter antirregulamentar do trote, pois o veterano corria riscos de ser repreendido pela diretoria, preso e até mesmo desligado da Escola. Nesse sentido, o trote testaria tanto a capacidade de obediência quanto de comando. Além disso, essa fase também pode envolver aspectos de agregação, bem como consolidar a incorporação dos indivíduos no grupo; no caso das narrativas citadas sobre as escolas militares, seria, por exemplo, a “promoção” dos bichos (alunos novatos) a “veteranos honorários” após o ritual do “desinfeta” anteriormente descrito (GENNEP, 1978).

Embora não regulamentar, a prática do trote existiu nas escolas militares ao longo do recorte temporal estudado e englobava valores como humildade, obediência, capacidade de mando, companheirismo, entre outros. Se, por um lado, testava a capacidade de dar e cumprir ordens; por outro, evidenciava outro valor referencial na caserna: a lealdade. Havia oficiais transigentes com os trotes, mas, também, era latente a possibilidade de excessos e do comandante da escola tomar conhecimento de tal prática e, nesse caso, normalmente ocorriam punições severas. Era necessário, portanto, que os “bichos” fossem leais a essa espécie de tradição dentro das escolas militares e não procurassem denunciar o trote porventura sofrido.

Em geral, os trotes iam diminuindo com o avançar do ano letivo. Os serviços diários, os estudos, os exames, a rotina escolar, tudo ia promovendo uma gradativa integração dos alunos novatos à vida militar. Nesse processo, outro ritual de passagem era o juramento à bandeira, no qual os alunos afirmavam compromissos como honrar e defender a Pátria, respeitar os superiores hierárquicos, cumprir as obrigações militares ainda que com o sacrifício da própria vida. Sobre essas primeiras vivências na escola militar e sobre o impacto sofrido na formação identitária, Umberto Peregrino (1956, p. 179) registra que: a “Escola não mudou, é claro; mudei eu. Os dissabores não me doíam menos, a diferença é que me encontravam agora aparelhado para enfrentá-los. Entretanto, ainda sofri duramente, quando jurei bandeira”. O sofrimento de Peregrino, esclarece ele em suas memórias, era porque, após jurar a bandeira, sentiu-se “exilado” do mundo civil. Recorrendo

mais uma vez à decomposição dos ritos de passagem proposta por Van Gennep (1978), salientamos que o juramento à bandeira estaria na transição para a fase pós-liminar. Era, pois, um momento em que o aluno assumia um compromisso legal, mas também afirmava valores simbólicos, como honra e sacrifício, considerados referenciais na carreira militar.

Havia múltiplas possibilidades de os indivíduos se apropriarem desses valores. Demerval Peixoto (1960, p. 77-78) comenta que o juramento à bandeira muitas vezes não passava de mera formalidade e que inspirava não mais do que a “ameaça preventiva de punição por deveres que fossem esquecidos”. De qualquer forma, esse juramento, o qual era uma “[...] promessa de serem bons soldados da Pátria, obedientes às ordens dos superiores hierárquicos e de se estimarem e respeitarem uns aos outros, não despertava uma verdadeira consciência do compromisso”. Entretanto, percebemos que as memórias de Demerval Peixoto transparecem valores que expressam o caráter ritualístico da cerimônia, à medida em que deve haver no juramento à bandeira “uma verdadeira consciência do compromisso”.

É com essa apreensão de valores que outro ex-aluno de escola militar escreveu uma carta à sua mãe, na qual comentou o juramento à bandeira – realizado em grupo, ressaltando sentimentos de coletividade e de camaradagem – conforme revela o seguinte trecho, retirado de Aragão (1959, p. 122)<sup>7</sup>:

Minha Querida Mãe,

[...] Cada dia mais me entusiasmo pela carreira. Juramos bandeira e as solenidades foram motivo de profunda emoção para mim. Creio que jamais esquecerei a entrada em forma da bandeira Brasileira quando pela primeira vez assistia tão emocionante cerimônia. Logo após o comando de “Sentido” do Capitão, seguiu-se um minuto de silêncio profundo, que foi depois interrompido pela introdução do Hino Nacional. De baionetas caladas e “Armas Apresentadas” aguardamos em continência, que se fínassem os acordes do Hino. Pouco à frente da tropa, desfraldada e cercada pela guarda de honra, a bandeira era açoitada pela brisa da manhã. Um belo e empolgante espetáculo. Marchamos, depois, para o estádio; onde prestamos o solene compromisso perante as altas autoridades do país.

Gestos, palavras, hinos, marchas eram parte de uma rígida sequência de procedimentos que dramatizavam o juramento, testemunhado por familiares e autoridades. Promove-se um clima solene. Tudo converge para ressaltar o compromisso dos jovens com valores identificados com a carreira militar. O ritual de juramento à bandeira colocava todos esses aspectos em evidência, atribuía significados a uma profissão, conferia aos alunos um novo lugar: o de militares comprometidos com a pátria.

---

7 Nesta carta, publicada por Aragão (1959), não foi mantida a grafia original, visto que a linguagem foi adequada à norma padrão culta.

### 3 Rituais cotidianos

A rotina diária nas escolas militares – assim como em outros quartéis – era regulada pelos toques de corneta. Cláudio Moreira Bento (1989), pesquisador da História Militar do Brasil, afirma que no final do século XIX o Exército tinha 177 toques de corneta e 26 de clarins, totalizando 203 padrões sonoros diferentes. A alvorada, as chamadas para as refeições, o cerimonial da chegada do comandante, as aulas, a ginástica diária (Educação Física), o aviso de uma reunião extraordinária, o hasteamento e arreamento da bandeira; enfim, da alvorada ao recolher, a vida no quartel era (e ainda é) regida pelos toques de corneta.

Uma formatura matinal marcava o início do dia na escola militar. Para todas as atividades que envolviam os alunos, entrava-se “em forma”, ou seja, os discentes dispunham-se em uma formação composta por colunas e filas, ficando equidistantes um do outro pela medida de um braço, compondo um grupamento de cerca de cem indivíduos, comumente chamado de “companhia”. Em geral, as escolas militares eram compostas por várias companhias, em média três por ano de curso.

Se as formaturas e os deslocamentos em forma facilitavam o controle dos alunos ao longo das atividades escolares, também transmitiam valores e comportamentos esperados daqueles que pleiteavam a carreira militar. Ilustra essa argumentação o caso dos alunos João Carlos dos Reis Junior e José Pinheiro Chagas que, além de não comparecerem à formatura, eram reincidentes nessa falta. Por causa disso, o comandante da escola não apenas determinou a prisão dos dois alunos por quatro dias, mas também tornou público por meio da Ordem do Dia que tal “fato” só poderia ser traduzido, segundo a Escola Militar do Brasil (EMBR), como revelador do “[...] nenhum apreço e importancia que ligam esses dois alunos aos seus deveres [...], o que certamente os coloca numa situação bem desagradável no seio da corporação de que fazem parte” (1904, [s. p.])<sup>8</sup>.

As formaturas, portanto, podem ser entendidas como um ritual na medida em que a essa prática se ligam valores, como o dever de cumprir determinadas regras. Negar-se a isso era ficar em uma situação insustentável perante aos demais componentes do grupo. Outras situações relacionadas às formaturas podem demonstrar qualidades inferidas a uma identidade militar, como o ocorrido com João Manoel Menna Barreto, preso por cinco dias por ter comparecido à formatura vestindo “[...] o seu capote em desarmonia conseguintemente com os seus demais collegas, respondendo inconvenientemente e desrespeitando ao subalterno

---

8 Refere-se à *Ordem do Dia* nº 322, de 21 maio de 1904.

de dia da mesma companhia” (EMBR, 1904, [s. p.])<sup>9</sup>. Tal situação evidencia outros aspectos importantes, ou seja, a padronização e o uso do uniforme de acordo com o regularmente previsto. Aqui, o diferente é contestado; o comportar-se deve igual aos outros; a individualidade é pressionada a subsumir-se no coletivo.

A farda também era ritualizada. Usar corretamente os uniformes, que eram vários e utilizados a depender da atividade, constituía-se em tarefa um tanto laboriosa. Os uniformes eram constantemente verificados e qualquer detalhe poderia acarretar prejuízos aos alunos. Em geral, as escolas militares permitiam a saída dos discentes aos sábados. Antes, porém, era preciso enfrentar a temida “revista de uniforme”. No horário marcado, as companhias formavam no pátio e os alunos eram individual e demoradamente vistoriados. Corte de cabelo, escanhoamento da barba, apresentação do uniforme, postura corporal, tudo era minuciosamente inspecionado. Um pormenor qualquer poderia impedir a saída do aluno para o mundo extramuros, frustrando muitas vezes o esperado encontro com uma namorada. Havia, nas escolas militares, uma preocupação especial com os uniformes, pois se entendia que eles transmitiam ao mundo extramuros valores internos da instituição, além de estimularem uma autoimagem do indivíduo como militar. Isso se estendia inclusive aos oficiais, sempre vistos como modelos a serem seguidos. O fato é que muitos alunos percebiam os uniformes como capazes de veicular determinadas mensagens. Relatos memorialistas apontam que os alunos se sentiam garbosos, fortes e autoconfiantes em suas fardas. José Campos de Aragão (1959, p. 94-95) comenta sobre a primeira vez que foi à cidade uniformizado: “A túnica caíra muito bem ajustada [...], tomei o boné e levei-o à cabeça. Achei-me outro homem. Tive vontade de ser visto pelos meus”.

Não apenas os uniformes transmitiam valores, mas, também, os gestos. Dentre eles, conforme dispõe o *Regulamento de continências, signaes de respeito e honras militares (RCONT)*, a continência (uma espécie de saudação militar): “Ella é o signal de respeito dado pelo militar individualmente a seus camaradas, – superiores, iguaes ou subordinados – ás autoridades, á bandeira ou ao hymno nacional, á tropa” (BRASIL, 1919, p. 1).

Trataremos aqui da continência individual do militar desarmado, a qual era considerada impessoal, pois visava ao posto do militar e não à pessoa, devendo partir sempre do menos graduado, tendo o superior, porém, de responder ao cumprimento. O ritual da continência se dividia numa sequência de três partes. Primeiramente, *a attitude*: ao encontrar um superior, o militar deveria ficar de pé e tomar a posição de sentido, ou seja, com os pés unidos, braços estendidos ao longo

9 Trecho extraído de *Ordem do Dia*, nº 350, de 6 de julho de 1904.

do corpo e as palmas das mãos junto às coxas – às vezes, batiam-se as mãos nas coxas, daí a expressão “bater continência”. Em segundo lugar, *o gesto*: era o movimento “vivo e decidido” de levar a mão direita aberta ao lado direito da cobertura (quepe ou gorro), com as costas para a direita, dedos estendidos e unidos e com o olhar voltado para o superior. Por fim, *a duração*: a continência deveria ser feita quando o superior estivesse a cinco passos de distância, e desfeita quando o superior tivesse se afastado a três passos do subordinado. Muitos outros detalhes eram previstos relacionados à continência e apontam tal cumprimento como um típico rito militar. Mas, questionamos: “quais os possíveis significados da continência?”

A continência é um gesto ritual. Evidentemente, transmite valores como lealdade e disciplina, respeito e apreço do militar aos seus superiores, pares e subordinados; porém, acima de tudo, a continência é uma deferência à hierarquia. A vivacidade e a capacidade de executar essa saudação de acordo com todos os detalhes previstos podem ser uma forma de demonstrar o quanto um indivíduo está imbuído de uma identidade de militar. E, aos alunos das escolas militares, cabia conhecer e praticar esse ritual. Negar-se a executar tal gesto gerava punições. Essa linguagem de gestos e procedimentos era aprendida pelos alunos dentro das escolas militares e deveria ser praticada em lugares que iam além dos muros escolares. E havia um comportamento esperado, porque ele expressava valores identificados com a figura do militar.

Os rituais também estavam presentes em várias outras práticas na rotina diária das escolas militares. Nas salas de aula e nas instruções, por exemplo, deveria haver uma deferência aos professores e instrutores. Os alunos se levantavam, perfilavam-se e eram apresentados por um de seus pares aos mestres quando estes entravam na sala. Ali também eram esperadas atitudes identificadas com o “ser militar”. Atuar fora do convencional levava os alunos a sofrerem punições. Perturbações nas aulas, comportamentos desatenciosos para com os professores, agressões verbais e físicas aos colegas e às vezes aos guardas são registros facilmente verificáveis na documentação produzida pelas escolas militares, peculiarmente nas *Escalas de serviço e Alterações de alunos*. Encontramos um pequeno exemplo, do mês de agosto de 1985, em *Escalas e Alterações*, na documentação da Escola Militar do Ceará (EMC): o aluno Carlos Eugenio Chauvin certa feita apresentou-se “a paisano” em sala de aula; ao ser chamado a atenção pelo professor, respondeu que “na aula não acata a hierarquia militar” (EMC, 1895, [s. p.])<sup>10</sup>. O resultado foi a repreensão pública do aluno – frente à coletividade da escola – pelos “maus modos” apresentados. Tal situação demonstra duplamente a noção de modelo a

---

10 Trecho extraído de *Escalas e Alterações*, de agosto de 1895.

ser seguido, característica dos mitos e dos ritos. Por um lado, houve a punição devido ao desrespeito às regras da instituição a qual o aluno voluntariamente fazia parte; por outro lado, sua punição foi publicizada de forma a exemplificar o que não seriam modos esperados de um militar.

No ambiente das instruções militares, um aspecto a ser ressaltado no que se refere à formação militar ligada ao campo da ritualística é a ordem unida. De acordo com o *Manual de Ordem Unida*, do Exército brasileiro (BRASIL, 2000), a ordem unida é atividade que se caracteriza por uma disposição individual e consciente “altamente motivada” para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e “garbo militar”. Deve ser considerada como um esforço para demonstrar a disciplina militar, ou seja, a situação “[...] de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra”. Ainda pelo mesmo documento, são os objetivos da ordem unida: a) proporcionar aos homens e às unidades, os meios de se apresentarem e de se deslocarem em perfeita ordem, em todas as circunstâncias estranhas ao combate; b) desenvolver o sentimento de coesão e os reflexos de obediência, como fatores preponderantes na formação do soldado; c) constituir uma verdadeira escola de disciplina; d) treinar oficiais e graduados no comando de tropa; e) possibilitar, conseqüentemente, que a tropa se apresente em público, quer nas paradas, quer nos simples deslocamentos de serviço, com aspecto enérgico e marcial (BRASIL, 2000).

Apesar de a ordem unida ser regulamentada, a intensidade e a frequência com que era praticada variavam de acordo com cada escola militar. Entretanto, a ordem unida sempre esteve associada a certas noções, como coesão, imponência, ordem, obediência, entusiasmo, inerentes à formação militar, constituidoras de uma tradição e motivadoras do chamado “espírito de corpo” (atividade coletiva). José Campos de Aragão registra, em suas memórias, esse tipo de instrução militar:

A turma de cadetes do terceiro ano de infantaria surgiu da galeria central. Vinha comandada por um Oficial. O ritmo de cadência, a perfeição da uniformidade, os movimentos de braços eram surpreendentes para nós. Propositadamente, os pelotões haviam sido colocados para presenciar o espetáculo, como podíamos chamar, a apresentação que se seguiu. Precisão absoluta na batida dos calcanhares, no momento do alto, com uma maneira curiosa de colar as mãos às coxas. Dir-se-iam estátuas, agora, depois que pararam, aqueles rapazes do terceiro ano. Prosseguiu o Tenente dando comandos de “ordem unida”, de modo a que pudéssemos aquilatar o alto grau de treinamento dos cadetes veteranos. (1959, p. 84).

Percebemos, nessa passagem de Aragão (1959), que a ordem unida podia ganhar nuança de espetáculo. E entendemos que isso era proposital. Os alunos

veteranos mostravam não apenas o que sabiam fazer mas também que sabiam fazer com perfeição. Era o modelo a ser seguido pelos que assistiam à demonstração. Seus movimentos surpreendiam pela harmonia, fosse ela pela uniformidade dos gestos ou pela imobilidade que lembrava estátuas. Na sequência desse treinamento, os pelotões de alunos novatos eram divididos em pequenas turmas e entregues aos terceiranistas para que eles ministrassem a ordem unida.

Geralmente, essas atividades duravam quase toda uma manhã ou uma tarde, com intervalos de dez minutos a cada hora. A busca de movimentos perfeitos gerava incontáveis e extenuantes repetições. Por conseguinte, isso demandava muito tempo e exigia dos grupos um esforço razoável. Os pés ficavam fustigados pelos impactos contra o solo, os quadris ardiavam avermelhados devido às batidas intensas das palmas das mãos nas coxas, a coluna vertebral quedava dolorida. Quando a ordem unida era com arma (fuzil), as dificuldades eram ainda maiores. Agora, outros movimentos impunham carga aos cotovelos e ombros; os dedos deviam pressionar partes diversas da arma, a depender do movimento executado. Assim, a ordem unida era (e ainda é) entendida, pois, como um exercício privilegiado para se desenvolver autoconfiança no comando e a capacidade de observar erros e corrigi-los. Além disso, um espaço para a formação moral do militar, no sentido de este ser capaz de superar as dificuldades e atender com vigor as ordens, mesmo diante de circunstâncias difíceis.

Ainda no campo do cotidiano, outro aspecto da vida castrense colocado em relevo era o comportamento às refeições. O cerimonial do comer, portanto, era outro aspecto ritual que tinha destaque. O deslocamento para o rancho (refeitório) era sempre em forma e ocorria apenas nos horários previstos. Havia um toque de corneta para a entrada e outro para a retirada. Alimentar-se em outros horários não era permitido. O aluno João Gomes Carneiro Junior, por exemplo, foi repreendido por ter entrado no rancho depois do toque de retirada de refeição do almoço, “[...] insistindo para ser servido da mesma refeição, de que, entretanto, ficou privado por não se tornar mais oportuno segundo as ordens existentes, ser atendida a sua reclamação” (EMBR, 1904, [s. d.])<sup>11</sup>. Nas refeições, ainda que nas noturnas, como a ceia, os alunos deveriam estar com o fardamento completo e alinhado. Comportamentos fora desse padrão eram punidos, como ocorreu com João Duarte de Oliveira, que ficou preso por oito dias porque compareceu à ceia à paisana, “[...] transgredindo as reiteradas ordens do comando quanto à uniformização dentro da Escola” (EMBR, 1904, [s. p.])<sup>12</sup>. Ingressava-se no refeitório em

11 Trata-se de fragmento do documento *Ordem do Dia nº 311*, de 7 maio de 1904.

12 Refere-se a trecho do documento *Ordem do Dia nº 41*, de 4 de novembro de 1904.

pequenos grupos, geralmente coordenados pelos alunos sargenteantes. Por vezes, havia um aluno “chefe de mesa”. Nesse caso, os alunos deveriam se aproximar das mesas, ficar em pé no entorno delas, e atrás das respectivas cadeiras; somente podiam sentar-se ao mesmo tempo, quando todos os ocupantes já estivessem a postos. Os alimentos postos à mesa deveriam ser divididos pelos alunos em porções iguais.

Já o consumo de bebidas também tinha um simbolismo, peculiarmente aquelas “espirituosas”, como eram chamadas no final do século XIX, ou seja, de teor alcoólico. Embora beber cachaça, por exemplo, ajudasse a marcar a transição do mancebo para papel de homem-feito, os alunos que fossem flagrados consumindo essa bebida eram punidos severamente, em parte pela ingestão desse tipo de líquido ser terminantemente proibida pelos regulamentos, mas também porque, quando estavam embriagados, os alunos geralmente cometiam uma série de outras ações consideradas transgressoras. Habitualmente, as escolas militares registravam em seus documentos diários ocorrências ligadas ao consumo de álcool, como ilustram os casos de Jose Afonso Ramos Garcia, desligado da escola “por ter embriagado-se na noite do 5 do corrente, por ter desacatado um official do Exército, perturbado o sossego publico”, como, também, “se achando preso, ter agredido um seu companheiro que o acompanhava” (EMC, 1896, [s. p.])<sup>13</sup>; Alfredo Cordeiro Ribeiro, desligado da Escola por ter, em estado de embriaguez, “travado um serio conflito com um seo companheiro e contra uma patrulha [...]” (EMC, 1896, [s. p.])<sup>14</sup>; Raymundo Pessôa Cavalcante, “[...] foi mandado prender por 20 dias, por ter em estado de embriaguez travado um serio conflito com um seo companheiro” (EMC, 1896, [s. p.])<sup>15</sup>.

Certamente, muitos desses casos de embriaguez tinham relação com a vida nos estabelecimentos militares de ensino. O vazio provocado pela distância da família, as novas amizades constituídas, o isolamento da caserna e a vontade de conhecer o mundo além dos muros escolares, a pouca experiência de vida dos jovens, tudo contribuía para que nos licenciamentos houvesse alguns excessos, imperdoáveis no ponto de vista das diretorias das escolas. Mariza Peirano (2003), em estudo sobre mitos e ritos, defende que rituais tanto reafirmam quanto questionam uma sociedade ou grupo. Nesse sentido, é plausível considerar o consumo de bebidas alcoólicas pelos alunos como uma ação também interligada à noção de questionamento da vida levada nas escolas militares. Tal atitude ocorria

---

13 Extraído de *Escalas e Alterações*, de junho de 1896.

14 Fragmento de *Escalas e Alterações*, de julho de 1896.

15 Trecho extraído de *Escalas e Alterações*, de junho de 1896.

normalmente em grupo e, ainda que depois de alguns goles ocorressem agressões aos próprios colegas, havia no ato de beber com os amigos de farda valores de certa forma necessários ao soldado, tais como companheirismo, intrepidez e, até mesmo, certa cumplicidade.

Mostrar valores identificados com o militar era um aspecto que ia além dos muros das escolas militares. Agir como militar não deveria ficar restrito ao interior da caserna. No mundo extramuros, os alunos eram constantemente observados e avaliados quanto ao comportamento apresentado. Os discentes deveriam, pois, representar o papel de militares, especialmente em lugares públicos. E atitudes que se afastassem disso corriam o risco de sofrerem sanções.

Vejam-se alguns exemplos que apontam essas constantes referências a certas noções valorativas, como moralidade, dignidade, honra, disciplina, respeito, decoro, pudor, dentre outras, normalmente atribuídas a um indivíduo que aspirava ao oficialato no Exército: Jansen da Costa Lima e Elias Cintra Barbosa Lima foram excluídos da Escola Militar da Corte por acusação de roubo em um hotel. O ocorrido foi considerado “vergonhoso” e um atentado contra a “moralidade” e a “dignidade” que ia além dos alunos acusados, era contra a própria “Escola” e “a briosa mocidade que a frequenta” (EMCO, 1889, [s. p.])<sup>16</sup>. José Lins Coelho da Paz, Julio Valeriano de Oliveira Maia e Julio Atahyde de Barros Guedes foram excluídos da Escola Militar do Ceará por terem provocado com assovios e “phrases pesadas” duas mulheres, esposa e cunhada de um oficial, as quais estavam em companhia de seus maridos, “[...] facto altamente reprovado e indigno a ser praticado por moços que frequentão a Escola Militar” (EMC, 1895, [s. p.])<sup>17</sup>. Decio Ontario de Paiva, da Escola Militar do Ceará, ficou preso por vinte dias pela “maneira desatenciosa” como se portou para com oficial “[...] em um bond, não o tendo cumprimentado, declarando não o ter visto, ficando sentado e fumando, não procurando ao menos desculpar-se dessa falta de dever militar e educação” (EMC, 1897, [s. p.])<sup>18</sup>.

Nos casos relatados, constatamos que há uma espécie de tensão entre o esperado e o praticado. Nessa espécie de jogo de coerção entre atitudes ideais e experiências vividas, o que estava em disputa era a prática ou não de valores militares. E isso era apreendido inclusive pela sociedade civil, particularmente aquelas pessoas que tinham contato mais próximo com os alunos. Em outros termos, havia certa expectativa do papel a ser exercido pelos discentes, dentro e fora das escolas militares, visto que esses comportamentos muitas vezes giravam em torno de rituais cotidianos.

---

16 Refere-se à *Ordem do Dia nº 28*, de 20 de fevereiro de 1889.

17 Trecho extraído de *Escalas e Alterações*, de junho de 1895.

18 Fragmento de *Escalas e Alterações*, de maio de 1897.

## 4 Considerações finais

Considerando a noção de mito como narrativas que geram significados para determinados grupos sociais – por exemplo, o ideal de soldado (militar) – e que esses mitos são alimentados por rituais de passagem e/ou cotidianos – por exemplo, o ingresso pelo simbólico portão das armas, os trotes, o juramento à bandeira, a instrução militar, as formaturas, os uniformes, os gestos –, podemos perceber que essas noções de “mito” e de “rito” nos ajudam a compreender a formação de alunos (oficiais) nas antigas escolas militares. Assim, a “disciplina” nas escolas, muitas vezes, era pautada em comportamentos esperados a partir de rituais praticados. Entretanto, tais rituais eram apropriados de múltiplas formas, e não ocorriam livres de tensões e enfrentamentos entre alunos e hierarquias superiores. Pelo contrário, uma formação baseada em mitos e ritos implica constante protagonismo dos sujeitos, ou seja, existe apenas a partir da crença desses sujeitos – no caso, os alunos – nos valores que praticam e nas causas nas quais se empenham.

Olhar a formação na perspectiva dos mitos e dos ritos, portanto, significa percebermos a escola militar para além de uma simples “operadora de adestramento”, nos termos colocados por Foucault (2009, p. 166). É assim que, nas primeiras décadas republicanas, houve revoltas, sedições e mortes envolvendo as escolas militares e a ação política de seus alunos. Por exemplo, as derrubadas dos presidentes (como eram chamados os governadores) Silva Tavares, do Rio Grande do Sul, em 1890, e de Clarindo de Queiroz, do Ceará, em 1892, contaram com a participação efetiva de alunos das escolas militares. Isso ocorreu, não por falta de valores, tão caros à formação militar, mas, justamente, em nome destes. E, nesse processo de defesa da “pátria”, mais do que nunca, os mitos e os ritos se fizeram presentes. Mas... Esse ativismo político dos alunos, sem dúvida, já é outra história.

## Referências

- ARAGÃO, José Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército na proclamação da República*. Rio de Janeiro: SENAI, 1989.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Manual de Ordem Unida*. 3. ed. Brasília: EGGCF, 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG)*. Brasília: EGGCF, 2002.

BRASIL. Ministério da Guerra. Exército Brasileiro. *Regulamento de continências, sinais de respeito e honras militares (RCONT)*. Rio de Janeiro, 10 set. 1919. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13753-10-setembro-1919-525050-regulamento-pe.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.373, de 15 de novembro de 1876 – Regulamento para a disciplina e serviço interno dos corpos arregimentados do exercito em quartéis fixos*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6373-15-novembro-1876-549704-publicacaooriginal-65217-pe.html>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. Tradução de J. Guinsburg, Miriam Schnaiderman. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Coleção Debates, 50)

CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos (1878-1932)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Coleção Debates, 52)

ESCOLA MILITAR DA CORTE (EMCO). Arquivo Histórico do Exército. *Ordens do dia – Diário, 1888-1889*.

ESCOLA MILITAR DO BRASIL (EMBR). Arquivo Histórico do Exército. *Ordens do dia – Diário, 1904*.

ESCOLA MILITAR DO CEARÁ (EMC). Arquivo Histórico do Exército. *Escalas de serviço e Alterações de alunos – Mensal, 1889-1897*.

ESCOLA MILITAR DO RIO DE JANEIRO (EMRJ). Arquivo Histórico do Exército. *Escalas de serviço e Alterações de alunos – Mensal, 1896-1897*.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Ordens do dia – Diário, 1889-1898*.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1978.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Coleção Debates, 91)

KOLAKOWSKI, Leszek. *A presença do mito*. Tradução de José Viegas Filho. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

JULIA, Dominique Julia. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LEACH, Edmund. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. (Biblioteca tempo universitário, v. 7)

\_\_\_\_\_. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 2010. (Perspectivas do homem; v. 8)

MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciencia y religión*. Traducción António Perez Ramos. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano. *Vigilância, transgressão e "punição": memórias de ex-alunas de escolas católicas de formação de educadoras (1964-1969)*. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MARQUES, Janote Pires. A organização do ensino militar no Exército Brasileiro: escolas militares, suas destinações e currículos (1889-1905). In: MARTINHO RODRIGUES, Rui; LIMA, Jaimes Mazza Correia; MARQUES, Janote Pires (Org.). *História, memória e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2013. p. 37-62.

MONTEIRO, Afonso. Reminiscências da Escola Militar da Praia Vermelha. In: CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961. p.45-60.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

PEIXOTO, Dermeval. *Memórias de um velho soldado: nomes, coisas e fatos militares de meio século atrás*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

PEREGRINO, Umberto. Cadernos de adolescente. In: \_\_\_\_\_. *Nove Histórias Reiúnas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956. p.161-180.

VIANNA, Lobo. Reminiscências da lendária Escola Militar da Praia Vermelha. In: CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961. p.61-84.

**Submissão em: 23/12/2015.**

**Aprovação em: 20/04/2016.**